



VII SINGEP

Simposio Internacional de Gest3o de Projetos, Inova3o e Sustentabilidade
International Symposium on Project Management, Innovation and Sustainability

ISSN: 2317-8302

TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES EM LÓGICAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO BASEADO EM PAREAMENTO BIBLIOGRÁFICO

LUIS MIGUEL ZANIN

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

JÚLIO ARAUJO CARNEIRO CUNHA

UNINOVE – Universidade Nove de Julho

**TENDÊNCIAS E OPORTUNIDADES EM LÓGICAS INSTITUCIONAIS: UM ESTUDO BASEADO EM PAREAMENTO BIBLIOGRÁFICO**

Resumo: Este estudo bibliométrico analisou o campo das lógicas institucionais e identificou tendências e oportunidades de pesquisa. Os dados coletados na base *Web of Science* foram tratados com o uso dos softwares *Bibexcel*, *Pajek* e *VosViewer* de modo que fosse possível visualizar uma rede de pareamento bibliográfico. As análises indicam que as lógicas institucionais são uma evolução da teoria institucional a partir do neo institucionalismo representado pelo conceito de isomorfismo e análises em nível mais macro, sendo esta evolução uma volta a níveis micro de análise e, ao invés de focar nas semelhanças, as lógicas institucionais permitem um novo olhar para as diferenças e mudanças nas organizações e mercado. A rede de pareamento indica que esta evolução oferece diversas oportunidades para pesquisa futura nas áreas de complexidade institucional e criação de identidades, mudança institucional, hibridização de lógicas, categorias e mudança institucional, retórica e mudança institucional, estudos organizacionais e lógicas e governança.

Palavras-chave: Teoria Institucional, Lógicas Institucionais, Pareamento Bibliográfico

Abstract: This bibliometric study has analyzed the field of institutional logics and has identified trends and research opportunities. The data collected in the Web of Science database were treated using the *Bibexcel*, *Pajek* and *VosViewer* softwares so that a bibliographic coupling network could be visualized. These analyses indicate that the institutional logics are an evolution of the institutional theory from the neo institutionalism represented by the concept of isomorphism and analyses at a macro level, this is a return to a micro level of analyses and, instead of focusing on the similarities, the institutional logics allowed a new look for differences and changes in the organizations and markets. The bibliographic coupling network indicates that this evolution offers several opportunities for future research in the areas of institutional complexity and identity creation, institutional change, hybridization of logics, categories and institutional change, rhetoric and institutional change, organizational studies and logics and governance.

Keywords: Institutional Theory, Institutional Logics, Bibliographic Coupling



1 INTRODUÇÃO

A Teoria Institucional vem a alguns anos sendo utilizada para explicar fenômenos dentro da administração de empresas sob um ponto de vista sociológico. Em suas diversas vertentes a Teoria Institucional já foi utilizada para explicar desde como as instituições fazem com que as organizações sejam semelhantes (DiMaggio & Powell, 1983) a como as instituições fazem com que os mercados e organizações se modifiquem ao longo do tempo (Lounsbury, 2007; Pahnke, Katila, & Eisenhardt, 2015). Dentre as vertentes da Teoria Institucional que explicam as mudanças e transformações em mercados e organizações, as lógicas institucionais vem ganhando destaque, pois explicam como a difusão a replicação de práticas dentro, ou entre lógicas institucionais transformam as próprias instituições e organizações (Thornton, Ocasio, & Lounsbury, 2012). Além disso, em um micro nível, ajuda a compreender como as organizações se estruturam para atender as expectativas de diferentes pressões institucionais (Greenwood, Raynard, Kodeih, Micelotta, & Lounsbury, 2011).

Podemos considerar as lógicas institucionais como crenças culturais e regras socialmente compartilhadas que moldam a cognição e comportamento dos atores e que, deste modo, vão prover significados para os símbolos e práticas socialmente compartilhados, fornecendo critérios para legitimação (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012). Assim, complementando a teoria neo-institucional (DiMaggio & Powell, 1983; Meyer & Rowan, 1977), as lógicas institucionais tem sido utilizadas não somente para explicar a disseminação de práticas, mas também para explicar o surgimento de novas práticas, mudanças institucionais e o surgimento de novas instituições, bem como explicar variação de comportamentos das organizações dentro de um mesmo campo institucional (Edman, 2016a; Greenwood, Diaz, Li, & Lorente, 2010; Lee & Lounsbury, 2015).

Em campos com crescente produção, como tem sido o caso das lógicas institucionais, é bem-vindo estudos e revisões que busquem mapear esta evolução. Em relação a teoria institucional, muitas revisões vêm sendo feitas, como, por exemplo: sobre o empreendedorismo institucional (Julie Battilana, Leca, & Boxenbaum, 2009), o fenômeno do *decoupling* (Bromley & Powell, 2012) e como as organizacionais respondem a diversas lógicas, as vezes conflitantes, as vezes ou não (Greenwood et al., 2011). Entretanto, embora seja um elemento comum a todos estes temas anteriores, poucos trabalhos revisaram o tema das lógicas estritamente, não olhando o resultado de suas ações, mas lógicas em si. Dentre estes poucos trabalhos, merece destaque o capítulo de Thornton & Ocasio (2008). Além disso, o foco tem sido revisões, que garantem uma visão aprofundada sobre o tema, mas também carregam os vieses dos autores que estão altamente envolvidos no tema e podem sofrer de alguma falta de rigor metodológico (Vogel & Güttel, 2013).

Estudos bibliométricos utilizam métodos quantitativos para analisar determinadas áreas da ciências, temas, periódicos, trabalhos e autores e como estes se relacionam entre si para criar representações gráficas destes resultados (Zupic & Čater, 2015). Na área de administração os estudos bibliométricos tem ganhado espaço mais recentemente devido a facilidade de se trabalhar com as bases de dados eletrônicas (Zupic & Čater, 2015). Dentre estes estudos destacam-se: Nerur, Rasheed, & Natarajan (2008) e Ramos-Rodríguez & Ruíz-Navarro (2004).

A maior parte dos estudos bibliométricos citados anteriormente tratam-se de análise de co-citação, neste tipo de bibliometria o objetivo é analisar a similaridade entre diferentes documentos quando estes são citados em conjuntos de modo a obter uma imagem do campo no passado (Zupic & Čater, 2015). No entanto, neste trabalho utilizaremos o pareamento bibliográfico que, diferentemente da co-citação, busca identificar trabalhos que compartilham



uma mesma citação. Deste modo, é possível criar um mapa de um determinado campo, mas analisando para onde as pesquisas deste campo apontam (Zupic & Čater, 2015).

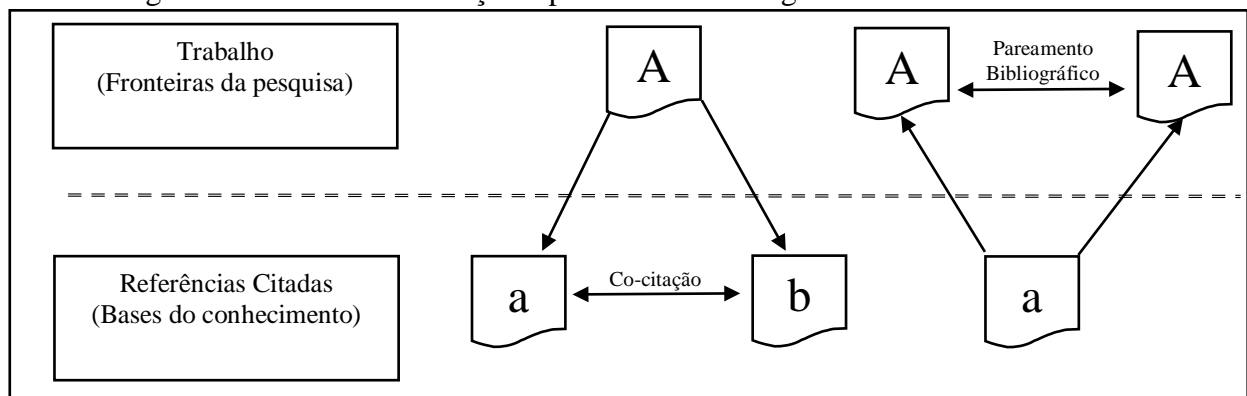
A construção de um mapa mostrando como o campo está dividido e a categorização das direções apontadas para o campo pode contribuir para os próximos pesquisadores na sua busca por temas dentro desta área. Além disso, pode ajudar na formação de um corpo teórico coeso para as lógicas institucionais. Estas contribuições serão possíveis, pois trabalhos de pareamento bibliográfico permitem apresentar possibilidades de estudo, questões não desenvolvidas e unindo temas pouco conectados (Vogel & Güttel, 2013).

Este trabalho contém, além desta introdução, a apresentação do método, a apresentação dos dados, discussão e finalizando com a conclusão e sugestões de estudo futuros.

2 MÉTODO

O método utilizado neste artigo é uma modalidade de análise bibliométrica. A bibliometria consiste no uso de métodos quantitativos para descrever, avaliar e acompanhar a produção científica (Zupic & Čater, 2015). Na verdade, em sua origem, sua definição é mais abrangente, consiste no uso de ferramentas estatística e matemáticas aplicadas livros e outras formas de comunicação (Vogel & Güttel, 2013). De qualquer modo, o objetivo dos estudos bibliométricos tem sido avaliar o desempenho de determinada área, periódicos, autores, etc. E mapear e descrever áreas do conhecimento, teorias, etc, buscando apresentar a estrutura e a dinâmica do campo ou área estudada (Zupic & Čater, 2015).

Figura 1. Análise de co-citação e pareamento bibliográfico



Fonte: Zupic e Čater (2015)

O pareamento bibliográfico consiste na identificação de pares de trabalho que citam uma ou mais obras (Vogel & Güttel, 2013; Zupic & Čater, 2015). Este método tem suas semelhanças com a análise de co-citação, pois ambos se baseiam nos dados fornecidos na lista de referências citadas (Glanzel & Czerwon, 1996). No entanto, enquanto a co-citação apresenta a base de conhecimento subjacente a uma determinada área, pois parte da análise de autores que são citadas em conjunto em um ou mais trabalhos, o pareamento bibliográfico tende a apresentar as fronteiras da pesquisa de um determinado tema (Zupic & Čater, 2015). Esta relação é apresentada graficamente na Figura 1.

2.1 COLETA DE DADOS

Os dados foram coletados em janeiro de 2017 na base de dados *Web of Science* da Thomson Reuters. A busca foi feita nos 50 periódicos de maior fator de impacto das áreas de administração, negócios e administração pública. Para esta busca foi utilizado os seguintes termos: “institutional* logic*”, “institutional* order*”, “interinstitutional* order*”. Estas palavras vão ao encontro dos principais termos utilizados (Friedland & Alford, 1991; Scott, 2014; Thornton & Ocasio, 2008). O período considerado nesta busca foi até 2016 e foram considerados apenas artigos.



Inicialmente esta busca retornou 166 resultados, dos quais 4 foram retirados por serem resenhas de livros. Posteriormente, foi realizada uma análise nos títulos e resumos, no entanto, esta etapa não resultou na exclusão de nenhum artigo da base. Deste modo, a amostra final ficou com 162 artigos.

3 RESULTADOS

3.1 PRODUÇÃO EM LÓGICAS INSTITUCIONAIS

Inicialmente, os dados apresentados se referem a produção sobre lógicas institucionais. Como dito anteriormente, estes dados são importantes para verificar a importância e relevância do tema. Com isso em mente podemos verificar na Figura 2 que a produção em lógicas institucionais vem apresentando um crescimento constante após 2012. Na verdade, a produção se manteve praticamente a mesma entre 2013 e 2015, dando um novo salto em 2016.

Embora o trabalho seminal em lógicas institucional seja Friedland e Alford (1991), há um trabalho nos resultados que é de 1974 e que usa o termo ordens institucionais. Nash (1974) utiliza o sistema de ordens interdependentes, no caso ordem normativa e institucional, para explicar o ambiente institucional complexo de um sindicato de profissionais do setor hospitalar americano. As ideias propostas por Nash (1974) seriam mais desenvolvidas posteriormente como lógicas institucionais por Friedland e Alford (1991) e Thornton et al. (2012). No entanto, vale reforçar o peso do trabalho de Friedland e Alford (1991), pois novos trabalhos sobre o tema só viriam a ser publicados novamente em 1997.

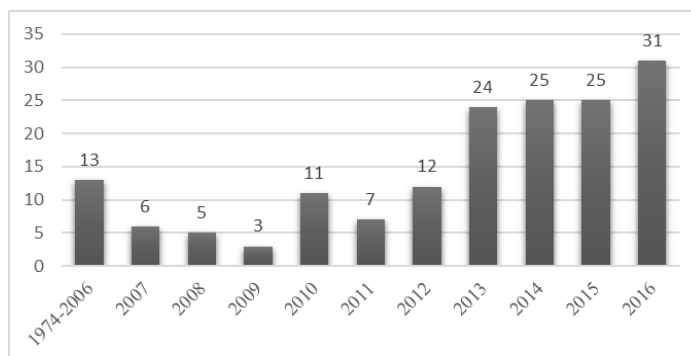


Figura 2. Quantidade de artigos por ano

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme a Figura 3, podemos perceber que os trabalhos dentro desta temática estão bem distribuídos entre os principais periódicos da área. Inclusive, em periódicos mais generalistas como *Academy of Management Journal* e *Journal of Management Studies*. No entanto, há uma forte presença em estudos organizacionais, conforme a quantidade de trabalhos nos periódicos *Organization Studies* e *Organization Science*.

É importante notar ainda a forte presença de estudos relacionados a lógicas institucionais no *Academy of Management Annals*. Este periódico tem como escopo a publicação de revisões sobre temas em alta em administração. Estas publicações são recentes e compreendem o período de 2010 a 2014. No entanto, não há nenhum trabalho especificamente sobre lógicas institucionais, mas em temas correlatos.

O estudo sobre a influência das lógicas institucionais pode ser visto também pela grande quantidade de trabalhos publicados no *Academy of Management Journal*, que é um periódico cujo o foco são estudos empíricos. Ou seja, há uma forte formação de um corpo relacionado a lógicas institucionais, pois há um consistente aumento de estudos teóricos



(*Academy of Management Review* e *Academy of Management Annals*) acompanhado pelo aumento de estudos empíricos.

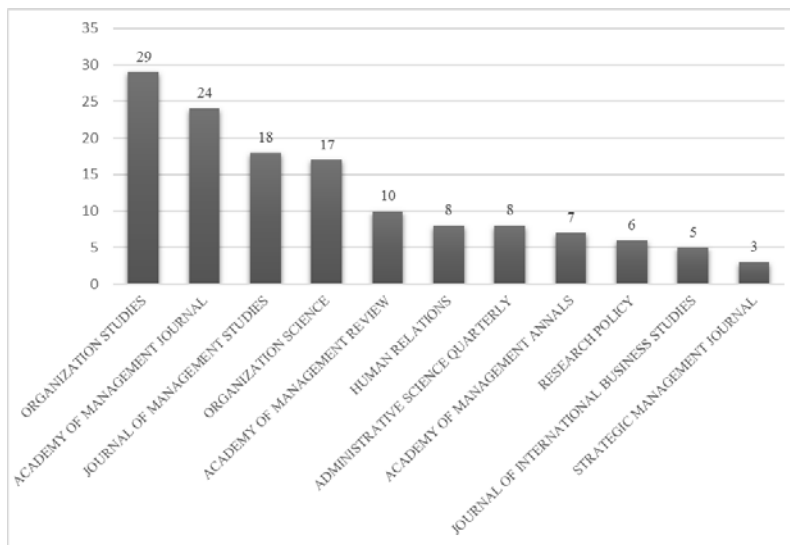


Figura 3. Periódicos que mais publicaram

Fonte: Elaborado pelos autores

Por último, analisando apenas as citações, há indícios que reforçam as lógicas institucionais como um campo que descende do neo-institucionalismo (Thornton & Ocasio, 2008; Thornton et al., 2012), pois das quatro primeiras citações, três são representantes importantes do neo-institucionalismo. Sendo um destes trabalhos o trabalho de Friedland & Alford (1991), considerado o trabalho seminal na área.

Tabela 1: Trabalhos mais citados

Posição	Trabalho	Citações
1	Friedland & Alford (1991)	93
2	DiMaggio & Powell (1983)	74
3	Thornton & Ocasio (1999)	73
4	Meyer & Rowan (1977)	63
5	Thornton et al. (2012)	63
6	Lounsbury (2007)	59
7	Scott (2014)	59
8	Thornton & Ocasio (2008)	57
9	Greenwood et al. (2011)	55
10	Kraatz & Block (2008)	46
11	Seo & Creed (2002)	45
12	Battilana & Dorado (2010)	43
13	Thornton (2002)	43
14	Pache & Santos (2010)	40
15	Marquis & Lounsbury (2007)	39
16	Greenwood & Suddaby (2006)	38
17	Reay & Hinings (2009)	38
18	Suddaby & Greenwood (2005)	38
19	Oliver (1991)	36
20	Thornton (2004)	36

Fonte: Elaborado pelos autores



3.2 PAREAMENTO BIBLIOGRÁFICO

Nesta seção analisaremos os resultados do pareamento bibliográfico. No entanto, antes de entrarmos no pareamento em si, vale analisar a Figura 4. Ela apresenta o mapa com as palavras chave dos artigos. Nela podemos perceber seis palavras ocupando a posição central da rede, além de lógicas institucionais temas: Indústria, Trabalho, Empreendedorismo, Perspectiva, Organizações. Podemos notar que o *cluster* ao qual pertence o termo Lógicas Institucionais está perto de termos relacionadas a área de estratégia. Inclusive, não somente o próprio *cluster* como *cluster* mais próximo, cujo centro é termo indústria.

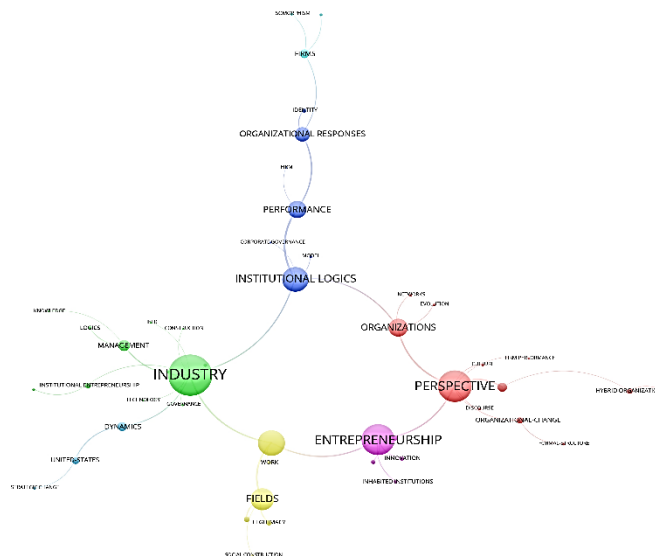


Figura 4. Mapa Palavras Chave

Fonte: Elaborado pelos autores

A Tabela 2 apresenta sete *clusters* sendo o primeiro, e maior deles, com 17 trabalhos e o último com 3. Reforçando a característica do pareamento bibliográfico, há apenas um trabalho anterior a 2009, sendo que 78% dos trabalhos foram publicados nos últimos cinco anos e 19% em 2016.

Cluster 1: Complexidade Institucional e Identidade Institucional. Este primeiro *cluster* tem como ponto comum a complexidade institucional, que pode ser definido como ambiente institucional composto de, na maior parte das vezes, lógicas rivais, fazendo com que as organizações busquem atender uma determinada lógica em detrimento de outras (Greenwood et al., 2011). Uma das formas de lidar com esta rivalidade de lógicas é construindo identidades que visem atender as expectativas de uma determinada lógica (Reay & Hinings, 2009). No entanto, esta visão dicotômica está abrindo espaço para uma visão na qual busca-se filtrar as lógicas que interessam organização atendendo estas de formas variadas (Bitektine & Haack, 2015; Lee & Lounsbury, 2015) e em diferentes níveis de conformidade (Bascle, 2016). Além disso, a identidade escolhida pode refletir as expectativas dos grupos com maior poder na organização (Geng et al., 2016) ou ainda, a organização pode atender grupos com menos poder e externos à organização se valendo de identidades minoritárias (Edman, 2016a).

Este campo mostra dentro de si uma evolução na qual as lógicas são rivais, fazendo com que as escolhas da organização leve a um resultado no qual ela vai perder legitimidade frente a lógica preterida (Trish Reay & Hinings, 2009), para um modelo no qual a organização, e seus membros, constroem suas identidades percebendo as lógicas como convergentes e complementares (Bascle, 2016; Kodeih & Greenwood, 2014).

Cluster 2: Híbridização de Lógicas. Neste segundo *cluster* ainda há a presença de um ambiente complexo, no entanto, diferentemente do *cluster* anterior, a resposta da organização



neste ambiente não envolve uma escolha de uma lógica em detrimento de outra. Neste caso a opção para resolver esta situação é misturar elementos de diversas lógicas de modo a atender as expectativas de diversas demandas institucionais. Assim, as organizações que conseguem êxito nesta estratégia conseguem maior legitimidade e acesso a recursos (Delbridge & Edwards, 2013), além de ser uma alternativa ao *decoupling*, pois não gera um sentimento negativo de não estar cumprindo com as demandas institucionais (Bromley & Powell, 2012; Pache & Santos, 2013).

Para realizar este processo de análise do ambiente institucional um dos pressupostos desta linha é que os atores possuem um nível de agência maior que o *Cluster 1*, pois os atores têm que alinhar seus objetivos, estando ciente deles, com as demandas institucionais (Currie & Spyridonidis, 2016; McPherson & Sauder, 2013). Com base nesta composição, este *cluster* é complementar ao *cluster 1* no sentido de apontar para pesquisas que consideram as lógicas institucionais como elementos complementares.

Cluster 3: Mudança Institucional. Os processos de complexidade institucional e hibridização estão presentes neste *cluster*. No entanto, as ações tomadas pelos atores, no caso as organizações, modificam também as lógicas institucionais, sendo, neste caso as lógicas híbridas não apenas disponível para a organização que a adota, mas, de alguma forma, disponível a outras organizações no campo (Dunn & Jones, 2010; Singh & Jayanti, 2013; York, Hargrave, et al., 2016).

Os estudos neste *cluster* apontam para uma melhor compreensão de como o processo de hibridização ocorre ao nível do campo (York, O'Neil, et al., 2016), ou seja, como as lógicas se misturam e se modificam devido a ação dos atores presentes no campo. Em cima deste foco para as lógicas como sujeitas a mudanças, não apenas como causadores da mudança, é interessante o conceito de permeabilidade das lógicas, que propõe que algumas lógicas são mais suscetíveis a novos elementos trazido pelos atores. Deste modo, lógicas mais permeáveis são mais suscetíveis a ação de empreendedores institucionais, sendo inclusive a manipulação das lógicas um recurso destes empreendedores no processo de implementação de suas mudanças. Inclusive pode ser interessante comparar esta qualidade das lógicas com outra qualidade, desta vez proposta no *cluster 1*, de que algumas lógicas são mais primárias, ou mais imbricadas no comportamento social que outras, e que as expectativas destas ordens têm que ser atendidas em primazia em relação a outras (Lee & Lounsbury, 2015).

Cluster 4: Categorização e Mudança. O *cluster 4* vai tratar de mudanças também em um nível mais macro, só que desta por meio da criação, ou mudança, de categorias comuns por meio de agentes dentro do campo e por meio do consenso entre eles frente a necessidades comuns (Ansari et al., 2013). Ou ainda, a mudança institucional pode acontecer por meio das mudanças do significado atribuído a categorias culturais, que são estruturas montadas a partir de certas palavras que possuem um significado comum a um certo grupo de pessoas (Loewenstein et al., 2012) e, ao mudar os significado destas categorias, a mudança acontece ao nível das e nas próprias lógicas institucionais (Ocasio et al., 2015).

Ao mudar o discurso e/ou retórica associada as lógicas e as práticas decorrentes disso, este *cluster*, apesar de estar bem no limite da área, como pode ser visto na Figura 7, retoma uma característica fundamental das lógicas, como provedora de sentido e significado para as práticas e os discursos (Friedland & Alford, 1991; Thornton et al., 2012). Assim, ao mexer nos aspectos mais fundamentais das lógicas, muda-se as próprias lógicas e o campo. No entanto, neste caso, não há muita agência envolvida e muito desta transformação acontece pela recorrência das práticas e pela complexidade institucional, fazendo com que as mudanças sejam frutos mais do atendimento as práticas do que uma ação deliberada dos atores (Jones et al., 2012).



Tabela 2 – Clusters Pareamento

Cluster 1: Complexidade Institucional e Identidade	Cluster 2: Híbridação de Lógicas	Cluster 3: Mudança Institucional	Cluster 4: Categorização e Mudança	Cluster 5: Retórica e Mudança	Cluster 6: Estudos Organizacionais	Cluster 7: Governança
Bascle (2016)	Almandoz (2012)	Dunn & Jones (2010)	Ansari, Wijen, & Gray (2014)	Brown, Ainsworth, & Grant (2012)	Desai (2016)	Bednar (2012)
Battilana & Dorado (2010)	Almandoz (2014)	Ferraro, Etzion, & Gehman (2015)	Jones & Massa (2013)	Kim, Shin, Oh, & Jeong (2007)	Gavetti, Greve, Levinthal, & Ocasio (2012)	Joseph, Ocasio, & McDonnell (2014)
Bitektine & Haack (2015)	Besharov & Smith (2014)	Kent & Dacin (2013)	Jones, Maoret, Massa, & Svejnova (2012)	Spicer & Sewell (2010)	Lo & Kennedy (2015)	Jung (2014)
Edman (2016b)	Bromley & Powell (2012)	Kipping & Üsdiken (2014)	Loewenstein et al. (2012)	Suddaby & Greenwood (2005)	Lounsbury & Beckman (2015)	
Edman (2016a)	Currie & Spyridonidis (2016)	Singh & Jayanti (2013)	Nigam & Ocasio (2010)	Tracey, Phillips, & Jarvis (2011)		
Fisher, Kotha, & Lahiri (2016)	Dalpiaz, Rindova, & Ravasi (2016)	van Gestel & Hillebrand (2011)	Ocasio, Loewenstein, & Nigam (2015)			
Geng, Yoshikawa, & Colpan (2016)	Delbridge & Edwards (2013)	York, O'Neil, & Sarasvathy (2016)				
Greenwood et al. (2011)	Durand & Jourdan (2012)	York, Hargrave, & Pacheco (2016)				
Greenwood et al. (2010)	Gawer & Phillips (2013)					
Kodeih & Greenwood (2014)	Jay (2013)					
Lee & Lounsbury (2015)	McPherson & Sauder (2013)					
Lok (2010)	Pache & Santos (2013)					
Mair & Hehenberger (2014)	Smets, Jarzabkowski, Burke, & Spee (2015)					
Reay & Hinings (2005)	Voronov & Weber (2016)					
Reay & Hinings (2009)	Voronov, Clercq & Hinings (2013)					
Wry, Cobb, & Aldrich (2013)						
Yu (2013)						

Fonte: Elaborado pelos autores



Cluster 5: Retórica e mudança. Neste *cluster* também é falado de mudança também ao nível do campo, porém, esta mudança reflete relações de poder e conflitos entre defensores de uma lógica emergente frente a uma lógica antiga. Sendo que a retórica é utilizada para dar mais legitimidade para as ações de ambos os lados (Suddaby & Greenwood, 2005). Neste *cluster* o discurso também é um elemento para construir a mudança (Sewell, Jr., 1992), no entanto, para estes artigos, a mudança implica em agência e conflito e uma necessidade de substituir uma prática pela outra (Brown et al., 2012).

Por haver esta ideia de conflito, uma substituição de prática e maior agência dos atores. Este *cluster* vai tratar da mudança institucional por meio das práticas de uma forma muito próxima do empreendedorismo institucional conforme a definição de Battilana et al. (2009). Inclusive, por esta definição, o próprio artigo de Kim et al. (2007) se aproxima também do empreendedorismo institucional e aponta direções no sentido de não estudar apenas o processo de mudança de uma nova lógica sobre outra, mas o processo de reinstitucionalização e como esta nova ordem vai gerar práticas tidas como certa e que serão necessários elementos de dominação para que não haja questionamentos e garanta a estabilidade desta nova lógica.

Cluster 6: Teoria Organizacional. Uma retomada à teoria organizacional é o objeto deste *cluster*. Assim, as lógicas institucionais são novas lentes teóricas para a teoria organizacional, permitindo que abra novas perspectivas das organizações como meio e retomando um ponto de vista semelhante ao da ecologia (Gavetti et al., 2012; Lounsbury & Beckman, 2015). No entanto, estes autores tratam as lógicas institucionais a partir das categorias e do processo de categorização. Inclusive, sob o ponto de vista deste *cluster*, as lógicas podem retomar aspectos do neo institucionalismo, explicando não somente a mudança, mas o processo de conformidade com as lógicas e legitimidade. Esta volta a teorias ecológicas está presente no trabalho de Lo e Kennedy (2015), que irá considerar que as categorias híbridas e o processo de mistura de categorias, embora gere inovação, dificultam o reconhecimento e aprovação do meio para estas inovações. Sendo necessária uma certa familiaridade nos micro e macro níveis com esta nova categoria mista e sua repetição para gerar a aceitação.

Cluster 7: Governança. Neste sétimo e último *cluster*, as ambiguidades inerentes às lógicas institucionais são elementos que permitem que alguns grupos com poder tenham flexibilidade para responder as pressões institucionais (Joseph et al., 2014). No caso, os três representantes deste *cluster* vão tratar desta questão por meio de problemas de governança, onde o poder e interesses de certos grupos são fundamentais no processo de estruturação para responder a estas pressões (Bednar, 2012; Jung, 2014). Este *cluster* aponta para a possibilidade de estudar a teoria do alto escalão e tomada de decisão sob luz da complexidade institucional e aliar o estudo das lógicas institucionais e a teoria da agência, vendo como mecanismos de governança são construídos para equilibrar os interesses e a relação de poder entre estes grupos, no caso *shareholders* a altos executivos.

4 DISCUSSÃO

Com base nos dados observados, podemos afirmar que o campo das lógicas institucionais ainda está em desenvolvimento e oferece diversas oportunidades de pesquisa. Justamente por estar presente em toda ação, prática e discurso, o tema lógica institucional é muito amplo e há oferece oportunidades para estudos como este, que buscam delimitar melhor o tema. Com base na amostra, podemos ver, por exemplo que a definição de lógicas institucionais ora se mostra como um elemento macro em relação as categorias (Ocasio et al., 2015), ora se torna sinônimo das próprias categorias que constrói (Ansari et al., 2013; Rao et al., 2003). Assim, o tema ainda se mostra confuso e com a necessidade de mais definição.



Esta indefinição está presente inclusive na divisão entre os trabalhos, ao analisar profundamente os *clusters*, percebemos muito mais semelhanças entre eles do que diferenças. Por exemplo, podemos considerar o *cluster* de hibridização como resposta possível as questões propostas no *cluster* de complexidade institucional. Na verdade, a hibridização parte de uma variante ontológica em relação ao *cluster* 1. Pois, parte do pressuposto que as lógicas não são necessariamente rivais e que podem ser combinadas e, mais do que isso, podem ser complementares. Além disso, a hibridização considera a agência dos atores, no processo de interpretar as lógicas e considerar a hibridização na formulação de sua resposta a estas expectativas institucionais. Esta forma é levantada como possibilidade de estudos futuros em Greenwood et al. (2011), porém, mesmo em estudos do *cluster* 1 que levantam esta possibilidade (Lee & Lounsbury, 2015), colocam que algumas lógicas são tão pervasivas no campo que os atores não podem exercer sua agência.

Estes limites não muito definidos acontecem também em relação ao *cluster* de mudança institucional. Na verdade, a questão da mudança está intrínseca às lógicas institucionais, pois esta é justamente um dos principais pontos de novidade que ela traz em relação a neo-institucionalismo (Thornton & Ocasio, 2008; Thornton et al., 2012). No entanto, enquanto no *cluster* 1 é discutido como o processo de atender as expectativas de um campo com múltiplas lógicas leva as organizações a mudarem, o *cluster* 3 mostra como este mesmo campo repleto de mesmas lógicas e diversos atores, faz que com que as lógicas se transformem. Tanto o primeiro, quanto o terceiro *cluster* retomam discussões antigas da teoria institucional. O primeiro *cluster*, em contraponto ao neo-institucionalismo, mostra que a criação de identidades frente a demandas institucionais nem sempre resulta em comportamentos isomórficos, pois reconhece as capacidades, estruturas e atores internos a cada organização, como elementos que gerarão variabilidade na resposta a estas pressões institucionais. Inclusive, este tipo de resposta, ajustada a diversas pressões internas, também não se aproximam do *decoupling*, pois não gera um certo mal-estar por não estar cumprindo de maneira frouxa uma demanda e porque a resposta não está necessariamente alinhada a questões de eficiência organizacional como colocado por em Boxenbaum e Jonsson (2008) e Meyer e Rowan (1977), mas sim aos interesses a diversos grupo com variados níveis de poder dentro e fora da organização (Bascle, 2016; Fisher et al., 2016). Por sua vez, o *cluster* 3 retoma, a questão do agente imerso e reforça a visão de que um campo com pluralidade de lógicas afetam de forma variadas os atores e a replicação de práticas dentro deste campo é uma das formas de gerar mudança institucional e fugir do paradoxo do agente imerso.

Embora tenham limites mais nítidos com estes três primeiros *clusters*, os *clusters* 4 e 5 são semelhantes entre si. Ambos vão tratar da categorização, da retórica e do discurso como elementos que levam à mudança institucional. No entanto, enquanto o *cluster* 4 trata de mudanças mais convergente ou que pelo menos não rompem tanto com o *status quo*, o *cluster* 5 trará mudanças mais divergentes e que mexem profundamente nas relações de poder dentro do campo.

Há uma forte ligação das lógicas institucionais com elementos da estratégia. Isto está presente de forma mais clara nos *clusters* 1 ao 3 ao tratar que as mudanças, sejam internas ou ao nível do campo, levam as mudanças na forma de legitimidade o que vai mudar o acesso das organizações aos recursos (Bitektine & Haack, 2015; Meyer & Rowan, 1977). Esta familiaridade também está presente no *cluster* 7, ao tratar da forma como grupos com poder se utilizam da pluralidade de lógicas para responder de forma variada as diversas pressões institucionais conforme seus interesses. Por este enfoque mais relacionado ao poder, pode haver uma primeira impressão relacionada a estudos organizacionais, que é verdadeira. Porém, há espaço ainda para se utilizar da teoria do alto escalão (Hambrick & Mason, 1984)



ou da teoria da agência (Jensen & Meckling, 1976) para analisar como são construídas estas estruturas de governança para conciliar os interesses destes diversos públicos.

Ao avançar na relação das lógicas institucionais com estratégia, conforme visto nos *clusters* 1 ao 3, há espaço maior para diálogos entre lógicas institucionais e *Resource Based View (RBV)*. Percebemos um alinhamento com a RBV no sentido de que a escolha da criação de identidade, na hibridização de lógicas e mudança institucional são feitas no sentido de buscar mais legitimidade. Tal ação gera acesso a mais recursos por parte da organização. A RBV vai dizer que acesso a recursos específicos e a forma como mobiliza-los pode garantir vantagem competitiva para a organização (Barney, 1991). Neste caso, a habilidade de compreender as demandas decorrentes das lógicas e a forma de conseguir mesclar as lógicas na criação de sua identidade, pode ser sim um recurso que gere vantagem competitiva. Esta linha de estudo já foi proposta em Greenwood et al. (2011) e desenvolvida em Battilana e Dorado (2010), Bitektine e Haack (2015) e Fisher et al. (2016).

Embora o sexto *cluster* esteja alinhado com as possibilidades que as lógicas institucionais abrem com os estudos organizacionais, ele também abre espaço para mais um diálogo possível com o campo da estratégia, pois retoma a visão das teorias de ecologia sobre as organizações. Tais teorias foram muito importante no início dos estudos em estratégia (Nerur et al., 2008) e ainda podem lançar novas ideias ao aliar a ideia de lógicas e campos institucionais. Neste caso, abre-se um espaço para estudo no *cluster* 6 de como o campo institucional escolhe as melhores formas organizacionais com base nas pressões das lógicas presentes nele. Além disso, a importância da pressão externa e em diferentes campos pode ser vista em estudos relacionado lógicas institucionais e negócios internacionais (Edman, 2016a, 2016b). Neste caso, a organização vai criar variações de identidades específicas para os locais onde atua, porém, estas identidades atuarão como identidades menores de modo a reduzir conflitos com sua identidade principal.

Este trabalho contribui para o estudo das lógicas institucionais em três sentidos. Primeiro, mostra as oportunidades de estudos e as áreas mais estruturadas de um campo em evolução. Com base nos dados, é possível perceber que o campo das lógicas institucionais carece de mais estudos para haver mais delimitação e clareza entre as bases teóricas que o compõem. Inclusive, nesta primeira análise, podemos dizer que há uma área mais madura dentro de lógicas institucionais, a área referente ao estudo das identidades como resposta à complexidade institucional. E que há campos mais emergentes, como a hibridização e categorização como forma de mudança institucional.

A segunda contribuição é mostrar as relações entre lógicas institucionais e estratégia. Isto ajuda, pois permite trazer elementos e fenômenos comuns a estratégia para serem estudados sob o ponto de vista das lógicas institucionais. Dentre estes elementos, além dos que já foram citados, há outras possibilidades, desde acompanhar de modo mais objetivo o alinhamento da identidade e seu reflexo no desempenho da organização, a considerar as lógicas institucionais como elementos que direcionarão as tomadas de decisão da organização, inclusive sob o ponto de vista da estratégia como prática.

Por último, sob o ponto de vista metodológico, este trabalho contribui por utilizar uma ferramenta pouco utilizada em bibliometria aplicada a área da administração que é o pareamento bibliográfico. Dentre os trabalhos bibliométricos com destaque na área, a maior parte utiliza técnicas baseadas em citações e co-citações. Deste modo, este trabalho visa contribuir reforçando o papel de mais uma ferramenta útil para analisar a produção nos estudos em administração.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender como as lógicas institucionais se estruturam como campo de pesquisa em administração e quais são as oportunidades de pesquisa neste. Esta



pesquisa reforçou que este é um campo em evolução. As lógicas institucionais herdaram o *momentum* e o caráter evolutivo da teoria institucional e também continua a se transformar. Para um campo relativamente jovem, as lógicas institucionais já possuem interessantes ramificações. Ramificações estas que demandam mais estudos para ganhar forma e corpo.

Além dos pontos citados acima, sob o ponto de vista de método, há a possibilidade de estudos futuros justamente no sentido de desenhar melhor estas árvores genealógicas entre o neo-institucionalismo e as lógicas institucionais. Deste modo, estudos que combinem análise de co-citação dentro do campo das lógicas institucionais e pareamento bibliográfico aplicado a teoria institucional subdividida em períodos pode explicar melhor esta evolução e propor temas que busquem preencher espaços neste caminho evolutivo.

Referências

- Almandoz, J. (2012). Arriving at the starting line: The impact of community and financial logics on new banking ventures. *Academy of Management Journal*, 55(6), 1381–1406.
- Almandoz, J. (2014). Founding Teams as Carriers of Competing Logics: When Institutional Forces Predict Banks' Risk Exposure. *Administrative Science Quarterly*, 59(3), 442–473.
- Ansari, S. (Shaz), Wijen, F., & Gray, B. (2013). Constructing a Climate Change Logic: An Institutional Perspective on the “Tragedy of the Commons.” *Organization Science*, 24(4), 1014–1040.
- Barney, J. (1991). Firm Resources and Sustained Competitive Advantage. *Journal of Management*, 17(1), 99–120.
- Basche, G. (2016). Toward a Dynamic Theory of Intermediate Conformity. *Journal of Management Studies*, 53(2), 131–160.
- Battilana, J. (2006). Agency and institutions: The enabling role of individuals' social position. *Organization*, 13(5), 653–676.
- Battilana, J., & Dorado, S. (2010). Building Sustainable Hybrid Organizations: The Case of Commercial Microfinance Organizations. *Academy of Management Journal*, 53(6), 1419–1440.
- Battilana, J., Leca, B., & Boxenbaum, E. (2009). How actors change institutions: Towards a theory of institutional entrepreneurship. *Academy of Management Annals*, 3(1), 65–107.
- Bednar, M. K. (2012). Watchdog or Lapdog? A Behavioral View of the Media as a Corporate Governance Mechanism. *Academy of Management Journal*, 55(1), 131–150.
- Besharov, M. L., & Smith, W. K. (2014). Multiple institutional logics in organizations: Explaining their varied nature and implications. *Academy of Management Review*, 39(3), 364–381.
- Bitektine, A., & Haack, P. (2015). The “macro” and the “micro” of legitimacy: Toward a multilevel theory of the legitimacy process. *Academy of Management Review*, 40(1), 49–75.
- Boxenbaum, E., & Jonsson, S. (2008). Isomorphism, diffusion and decoupling. In R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby, & K. Sahlin (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 78–98). London: Sage Publications Ltd.
- Bromley, P., & Powell, W. W. (2012). From Smoke and Mirrors to Walking the Talk: Decoupling in the Contemporary World. *The Academy of Management Annals*, 6(1), 483–530.
- Brown, A. D., Ainsworth, S., & Grant, D. (2012). The Rhetoric of Institutional Change. *Organization Studies*, 33(3), 297–321.
- Currie, G., & Spyridonidis, D. (2016). Interpretation of Multiple Institutional Logics on the Ground: Actors Position, their Agency and Situational Constraints in Professionalized Contexts. *Organization Studies*, 37(1), 77–97.
- Dalpiatz, E., Rindova, V., & Ravasi, D. (2016). Combining Logics to Transform Organizational Agency. *Administrative Science Quarterly*, 61(3), 347–392.



- Delbridge, R., & Edwards, T. (2013). Inhabiting institutions: Critical realist refinements to understanding institutional complexity and change. *Organization Studies*, 34(7), 927–947.
- Desai, V. M. (2016). Under the Radar: Regulatory Collaborations and their Selective Use to Facilitate Organizational Compliance. *Academy of Management Journal*, 59(2), 636–657.
- DiMaggio, P. J., & Powell, W. W. (1983). The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147–160.
- Dunn, M. B., & Jones, C. (2010). Institutional Logics and Institutional Pluralism: The Contestation of Care and Science Logics in Medical Education, 1967–2005. *Administrative Science Quarterly*, 55(1), 114–149.
- Durand, R., & Jourdan, J. (2012). Jules or Jim: Alternative conformity to minority logics. *Academy of Management Journal*, 55(6), 1295–1315.
- Edman, J. (2016a). Cultivating Foreignness: How Organizations Maintain and Leverage Minority Identities. *Journal of Management Studies*, 53(1), 55–88.
- Edman, J. (2016b). Reconciling the advantages and liabilities of foreignness: Towards an identity-based framework. *Journal of International Business Studies*, 47(6), 674–694.
- Ferraro, F., Etzion, D., & Gehman, J. (2015). Tackling Grand Challenges Pragmatically: Robust Action Revisited. *Organization Studies*, 36(3), 363–390.
- Fisher, G., Kotha, S., & Lahiri, A. (2016). Changing with the Times: An Integrated View of Legitimacy and New Venture Life Cycles. *Academy of Management Review*, 41(3), 383–409.
- Friedland, R., & Alford, R. R. (1991). Bringing society back in: Symbols, practices, and institutional contradictions. In W. W. Powell & P. J. DiMaggio (Eds.), *The New Institutionalism in Organization Analysis*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Gavetti, G., Greve, H. R., Levinthal, D. A., & Ocasio, W. (2012). The Behavioral Theory of the Firm: Assessment and Prospects. *The Academy of Management Annals*, 6(1), 1–40.
- Gawer, A., & Phillips, N. (2013). Institutional Work as Logics Shift: The Case of Intel's Transformation to Platform Leader. *Organization Studies*, 34(8), 1035–1071.
- Geng, X., Yoshikawa, T., & Colpan, A. M. (2016). Leveraging foreign institutional logic in the adoption of stock option pay among Japanese firms. *Strategic Management Journal*, 37(7), 1472–1492.
- Glanzel, W., & Czerwon, H. J. (1996). A new methodological approach to bibliographic coupling and its application to the national, regional and institutional level. *Scientometrics*, 37(2), 195–221.
- Greenwood, R., Diaz, A. M., Li, S. X., & Lorente, J. C. (2010). The Multiplicity of Institutional Logics and the Heterogeneity of Organizational Responses. *Organization Science*, 21(2), 521–539.
- Greenwood, R., Raynard, M., Kodeih, F., Micelotta, E. R., & Lounsbury, M. (2011). Institutional Complexity and Organizational Responses. *Academy of Management Annals*, 5(1), 317–371.
- Greenwood, R., & Suddaby, R. (2006). Institutional entrepreneurship in mature fields: The big five accounting firms. *Academy of Management Journal*, 49(1), 27–48.
- Hambrick, D. C., & Mason, P. A. (1984). Upper Echelons: The Organization as a Reflection of Its Top Managers. *Academy of Management Review*, 9(2), 193–206.
- Haveman, H. a. (1993). Follow the Leader: Mimetic Isomorphism and Entry Into New Markets. *Administrative Science Quarterly*, 38(4), 593.
- Jay, J. (2013). Navigating Paradox as a Mechanism of Change and Innovation in Hybrid Organizations. *Academy of Management Journal*, 56(1), 137–159.
- Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 305–360.



- Jones, C., Maoret, M., Massa, F. G., & Svejenova, S. (2012). Rebels with a Cause: Formation, Contestation, and Expansion of the De Novo Category “Modern Architecture,” 1870-1975. *Organization Science*, 23(6), 1523–1545.
- Jones, C., & Massa, F. G. (2013). From Novel Practice to Consecrated Exemplar: Unity Temple as a Case of Institutional Evangelizing. *Organization Studies*, 34(8, SI), 1099–1136.
- Joseph, J., Ocasio, W., & McDonnell, M.-H. (2014). The Structural Elaboration of Board Independence: Executive Power, Institutional Logics, and the Adoption of CEO-only Board Structures in US Corporate Governance. *Academy of Management Journal*, 57(6), 1834–1858.
- Jung, J. (2014). Political Contestation at the Top: Politics of Outsider Succession at U.S. Corporations. *Organization Studies*, 35(5), 727–764.
- Kent, D., & Dacin, M. T. (2013). Bankers at the gate: Microfinance and the high cost of borrowed logics. *Journal of Business Venturing*, 28(6), 759–773.
- Kim, T.-Y., Shin, D., Oh, H., & Jeong, Y.-C. (2007). Inside the Iron Cage: Organizational Political Dynamics and Institutional Changes in Presidential Selection Systems in Korean Universities, 1985–2002. *Administrative Science Quarterly*, 52(2), 286–323.
- Kipping, M., & Üsdiken, B. (2014). History in Organization and Management Theory: More Than Meets the Eye. *The Academy of Management Annals*, 8(1), 535–588.
- Kodeih, F., & Greenwood, R. (2014). Responding to Institutional Complexity: The Role of Identity. *Organization Studies*, 35(1), 7–39.
- Kraatz, M. S., & Block, E. S. (2008). Organizational implications of institutional pluralism. In R. Greenwood, C. Oliver, R. Suddaby, & K. Sahlin (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 243–275). Sage Publications Ltd.
- Lee, M.-D. P., & Lounsbury, M. (2015). Filtering Institutional Logics: Community Logic Variation and Differential Responses to the Institutional Complexity of Toxic Waste. *Organization Science*, 26(3), 847–866.
- Lo, J. Y.-C., & Kennedy, M. T. (2015). Approval in Nanotechnology Patents: Micro and Macro Factors That Affect Reactions to Category Blending. *Organization Science*, 26(1), 119–139.
- Loewenstein, J., Ocasio, W., & Jones, C. (2012). Vocabularies and Vocabulary Structure: A New Approach Linking Categories, Practices, and Institutions. *Academy of Management Annals*, 6(1), 41–86.
- Lok, J. (2010). Institutional Logics As Identity Projects. *Academy of Management Journal*, 53(6), 1305–1335.
- Lounsbury, M. (2007). A Tale of Two Cities: Competing Logics and Practice Variation in the Professionalizing of Mutual Funds. *Academy of Management Journal*, 50(2), 289–307.
- Lounsbury, M., & Beckman, C. M. (2015). Celebrating Organization Theory. *Journal of Management Studies*, 52(2), 288–308.
- Mair, J., & Hehenberger, L. (2014). Front-Stage and Backstage Convening: The Transition from Opposition to Mutualistic Coexistence in Organizational Philanthropy. *Academy of Management Journal*, 57(4), 1174–1200.
- Marquis, C., & Lounsbury, M. (2007). Vive La Résistance: Competing Logics and the Consolidation of U.S. Community Banking. *Academy of Management Journal*, 50(4), 799–820.
- McPherson, C. M., & Sauder, M. (2013). Logics in Action: Managing Institutional Complexity in a Drug Court. *Administrative Science Quarterly*, 58(2), 165–196.
- Meyer, J. W., & Rowan, B. (1977). Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. *American Journal of Sociology*, 83(2), 340–363.



- Nash, A. (1974). Local 1199, Drug and Hospital Union: An Analysis of the Normative and Institutional Orders of a Complex Organization. *Human Relations*, 27(6), 547–566.
- Nerur, S. P., Rasheed, A. A., & Natarajan, V. (2008). The intellectual structure of the strategic management field: an author co-citation analysis. *Strategic Management Journal*, 29(3), 319–336.
- Nigam, A., & Ocasio, W. (2010). Event Attention, Environmental Sensemaking, and Change in Institutional Logics: An Inductive Analysis of the Effects of Public Attention to Clinton’s Health Care Reform Initiative. *Organization Science*, 21(4), 823–841.
- Ocasio, W., Loewenstein, J., & Nigam, A. (2015). How Streams of Communication Reproduce and Change Institutional Logics: The Role of Categories. *Academy of Management Review*, 40(1), 28–48.
- Oliver, C. (1991). Strategic Responses To Processes Institutional. *Academy of Management Review*, 16(1), 145–179.
- Pache, A.-C., & Santos, F. (2013). Inside the Hybrid Organization: Selective Coupling as a Response to Competing Institutional Logics. *Academy of Management Journal*, 56(4), 972–1001.
- Pache, A. C., & Santos, F. (2010). When worlds collide: The internal dynamics of organizational responses to conflicting institutional demands. *Academy of Management Review*, 35(3), 455–476.
- Pahnke, E. C., Katila, R., & Eisenhardt, K. M. (2015). Who Takes You to the Dance? How Partners’ Institutional Logics Influence Innovation in Young Firms. *Administrative Science Quarterly*, 60(4), 596–633.
- Ramos-Rodríguez, A.-R., & Ruíz-Navarro, J. (2004). Changes in the intellectual structure of strategic management research: a bibliometric study of the Strategic Management Journal, 1980–2000. *Strategic Management Journal*, 25(10), 981–1004.
- Rao, H., Monin, P., & Durand, R. (2003). Institutional Change in Toque Ville: Nouvelle Cuisine as an Identity Movement in French Gastronomy. *American Journal of Sociology*, 108(4), 795–843.
- Reay, T., & Hinings, C. R. (2005). The recomposition of an organizational field: Health care in Alberta. *Organization Studies*, 26(3), 351–384.
- Reay, T., & Hinings, C. R. R. (2009). Managing the Rivalry of Competing Institutional Logics. *Organization Studies*, 30(6), 629–652.
- Scott, W. R. (2014). *Institutions and Organizations: Ideas, Interests, and Identities* (4a). London: Sage Publications Ltd.
- Selznick, P. (1949). *TVA and the Grass Roots - A Study in the Sociology of Formal Organization*. University of California Press Berkeley and Los Angeles.
- Selznick, P. (1996). Institutionalism “Old” and “New.” *Administrative Science Quarterly*, 41(2), 270–277.
- Seo, M.-G., & Creed, W. E. D. (2002). Institutional Contradictions, Praxis, and Institutional Change: A Dialectical Perspective. *The Academy of Management Review*, 27(2), 222.
- Sewell, Jr., W. H. (1992). A Theory of Structure: Duality, Agency, and Transformation. *American Journal of Sociology*.
- Singh, J., & Jayanti, R. K. (2013). When institutional work backfires: Organizational control of professional work in the pharmaceutical industry. *Journal of Management Studies*, 50(5), 900–929.
- Smets, M., Jarzabkowski, P., Burke, G. T., & Spee, P. (2015). Reinsurance Trading in Lloyd’s of London: Balancing Conflicting-yet-Complementary Logics in Practice. *Academy of Management Journal*, 58(3), 932–970.



- Spicer, A., & Sewell, G. (2010). From National Service to Global Player: Transforming the Organizational Logic of a Public Broadcaster. *Journal of Management Studies*, 47(6), 913–943.
- Suddaby, R., & Greenwood, R. (2005). Rhetorical Strategies of Legitimacy. *Administrative Science Quarterly*, 50(1), 35–67.
- Thornton, P. H. (2002). The rise of the corporation in a craft industry: Conflict and conformity in institutional logics. *Academy of Management Journal*, 45(1), 81–101.
- Thornton, P. H. (2004). Markets from Culture: Institutional Logics and Organizational Decisions in Higher Education Publishing. Stanford: Stanford University Press.
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (1999). Institutional Logics and the Historical Contingency of Power in Organizations: Executive Succession in the Higher Education Publishing Industry, 1958–1990. *American Journal of Sociology*, 105(3), 801–843.
- Thornton, P. H., & Ocasio, W. (2008). Institutional Logics. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), *The SAGE Handbook of Organizational Institutionalism* (pp. 99–129). London: Sage Publications Ltd.
- Thornton, P. H., Ocasio, W., & Lounsbury, M. (2012). *The institutional logics perspective: A new approach to culture, structure and process*. Oxford: Oxford University Press.
- Tracey, P., Phillips, N., & Jarvis, O. (2011). Bridging Institutional Entrepreneurship and the Creation of New Organizational Forms: A Multilevel Model. *Organization Science*, 22(1), 60–80.
- van Gestel, N., & Hillebrand, B. (2011). Explaining Stability and Change: The Rise and Fall of Logics in Pluralistic Fields. *Organization Studies*, 32(2), 231–252.
- Vogel, R., & Güttel, W. H. (2013). The dynamic capability view in strategic management: A bibliometric review. *International Journal of Management Reviews*, 15(4), 426–446.
- Voronov, M., Clercq, D. De, & Hinings, C. (Bob). (2013). Institutional complexity and logic engagement: An investigation of Ontario fine wine. *Human Relations*, 66(12), 1563–1596.
- Voronov, M., & Weber, K. (2016). The Heart of Institutions: Emotional Competence and Institutional Actorhood. *Academy of Management Review*, 41(3), 456–478.
- Wry, T., Cobb, J. A., & Aldrich, H. E. (2013). More than a metaphor: Assessing the historical legacy of resource dependence and its contemporary promise as a theory of environmental complexity. *Academy of Management Annals*, 7(1), 441–488.
- York, J. G., Hargrave, T. J., & Pacheco, D. F. (2016). Converging winds: Logic hybridization in the Colorado wind energy field. *Academy of Management Journal*, 59(2), 579–610.
- York, J. G., O’Neil, I., & Sarasvathy, S. D. (2016). Exploring Environmental Entrepreneurship: Identity Coupling, Venture Goals, and Stakeholder Incentives. *Journal of Management Studies*, 53(5), 695–737.
- Yu, K.-H. (2013). Institutionalization in the Context of Institutional Pluralism: Politics as a Generative Process. *Organization Studies*, 34(1), 105–131.
- Zupic, I., & Čater, T. (2015). Bibliometric Methods in Management and Organization. *Organizational Research Methods*, 18(3), 429–472.